



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO
ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

ANDRÉIA COSME DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: Me. FRANCIENE SOARES BARBOSA DE ANDRADE

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ANDRÉIA COSME DE OLIVEIRA

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof^a. Me. Franciene S. B. de Andrade

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉIA COSME DE OLIVEIRA

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade (Orientador)

Profa. Me. Cleia Alves Nogueira (Examinador)

Andréia Cosme de Oliveira (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus dois grandes amores: minha filha Isabela Vitória e meu esposo Francisco Egberto. As duas pessoas que tiveram que entender a minha falta de tempo, os fins de semana sem diversão e as noites sem a minha companhia. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, nosso Senhor e Criador, que me deu a vida e a oportunidade de ingressar neste curso de especialização. Aos meus pais que sempre fizeram de tudo para que eu estudasse e pudesse ter uma profissão e um futuro digno. Tudo o que sou hoje devo a eles, que foram meu esteio e sempre acreditaram no meu potencial.

Meu agradecimento especial vai também para o professor José Ferreira, nosso tutor presencial, que sempre nos incentivou e nos momentos mais difíceis não permitiu que desistíssemos, por maiores que fossem as dificuldades. E, ainda, a minha orientadora professora Franciene, que não mediu esforços para atender a todos os seus orientandos, seja pelo skype ou pelo whatsapp, no fim de semana ou no feriado, realizando seu trabalho com muita maestria. O meu muito obrigado a todos.

“A maior deficiência é a deficiência de amar.”

(Eduardo Henrique Correia da Silva)

RESUMO

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais sempre foi um assunto que me despertou muito interesse, principalmente depois de vivenciar na prática tal experiência. Porém, o primeiro contato foi com alunos surdos e não com crianças com transtorno do espectro autista - TEA. O interesse em pesquisar sobre o TEA se iniciou durante o curso de especialização, desde os primeiros estudos que tivemos, e foi confirmado quando tive contato com um aluno autista. Por se tratar de uma deficiência de difícil diagnóstico e, até hoje, ainda em estudo, é que aumentou ainda mais o desejo de realizar esta pesquisa. O grande objetivo desse estudo é compreender a importância da participação da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista, visando favorecer o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Foi utilizada a pesquisa qualitativa fundamentada nos estudos de autores, como Mantoan e Sasaki. O estudo foi realizado em uma Escola Municipal, localizada em Rio Branco - Acre, a qual atende 680 (seiscentos e oitenta) alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Os participantes da pesquisa foram: uma professora regente, uma professora de AEE e uma mãe de aluno. Foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada. A análise dos resultados foi construída segundo elementos empíricos entrelaçados aos pressupostos teóricos adotados. Através da análise das entrevistas foram criadas categorias para a discussão teórica dos resultados. Estas foram agrupadas da seguinte forma: Concepções sobre inclusão escolar; Reflexões sobre as experiências vivenciadas no processo de inclusão; Definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA); A participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA. Ao final desse estudo, percebe-se o quanto é importante a participação da família no processo de inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista, e também para os alunos com qualquer outra deficiência. A família contribui sobremaneira para o aprendizado das crianças, quando participa ativamente das atividades escolares, quando se inteira da vida escolar do filho, enfim, quando ela exerce o seu papel.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Família.

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	09
2 – INCLUSÃO ESCOLAR, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E FAMÍLIA	11
2.1 O que é Inclusão Escolar?	13
2.3 O transtorno Espectro Autista – TEA: conceito, diagnóstico, causas e sintomas	17
2.3.1 – Conceito.....	18
2.3.2 - Diagnóstico.....	19
2.3.3 - Causas.....	20
2.3.4 - Sintomas.....	21
2.4 A relação entre família e escola no cotidiano educacional inclusivo	22
2.5 Contribuições da família no desenvolvimento e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista.....	23
3 – OBJETIVOS	25
3.1 Objetivo Geral	25
3.2 Objetivos Específicos	25
4 - METODOLOGIA	26
4.1 Pressupostos Metodológicos	26
4.2 Contexto da pesquisa	27
4.3 Participantes	27
4.4 Materiais	28
4.5 Instrumentos	28
4.5.1 Entrevista semiestruturada.....	29
4. 6 - Procedimentos de construção de dados	29
4. 6.1 Entrevista semiestruturada.....	30
4. 7 - Procedimentos de análise	30
5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS	31
5.1 Entrevistas	31
5.1.1 Concepções sobre inclusão escolar.....	31
5.1.2 Reflexões sobre as experiências vivenciadas nos processo de inclusão	33
5.1.3 Definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)	34
5.1.4 A participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA	35
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	42
ANEXO A - Aceite Institucional.....	43
ANEXO B - Carta de Apresentação	44
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Professor	45
ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis	46
APÊNDICES	47
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada para Professor Regente	48
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada para Professor de AEE.....	49
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada para Pais ou Responsáveis.....	50

1 APRESENTAÇÃO

Muito se tem discutido a respeito do processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade e na vida escolar. Num passado não muito distante, essas pessoas que não se enquadravam em um padrão comum, viviam segregadas da vida social. Elas eram tidas como anormais, sem capacidade intelectual e incapazes de conviver socialmente.

Atualmente, essa segregação vem diminuindo a partir da inclusão dessas pessoas no meio social, principalmente, na escola. No entanto, a inclusão por si só não basta, pois outras questões precisam ser tratadas, como por exemplo, a questão familiar.

A família do aluno com necessidades educacionais especiais é a principal responsável pelas ações do seu filho, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Desse modo, acredita-se que a participação da família em parceria com a escola irá contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente, do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

No decorrer deste curso, tive a oportunidade de estudar sobre vários tipos de deficiência, porém o Transtorno do Espectro Autista foi o que mais me chamou a atenção, tanto pelo número de crianças diagnosticadas, que vem crescendo bastante, quanto pela complexidade do tema.

Portanto, a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista constitui-se numa questão bastante delicada, a qual requer todo o cuidado e dedicação não só de nós professores, mas de todos os envolvidos no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno (pais, professores, demais funcionários da escola, amigos etc.) e a sociedade como um todo. Entretanto o foco deste estudo são as contribuições das famílias de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Partindo desta perspectiva, este trabalho se baseia na seguinte problemática: *Como a participação da família na vida escolar de uma criança com transtorno do espectro autista irá favorecer o seu processo de aprendizagem de modo a desconstruir processos inversos como, a exclusão, o preconceito, dentre outros, a superproteção?*

Sendo assim, o objetivo norteador desta pesquisa visa compreender a participação da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do

espectro autista, visando favorecer o seu processo de aprendizagem. A partir dos objetivos específicos pretende-se:

- a) Observar como ocorre a participação das famílias de alunos com transtorno do espectro autista em relação ao processo de ensino e aprendizagem;
- b) Identificar e analisar as dificuldades encontradas pelos professores quando a família não participa ativamente do processo de inclusão escolar.
- c) Descrever processos inclusivos que desconstrua processos inversos, como, a exclusão, o preconceito, dentre outros, a superproteção.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, dispostos da seguinte forma:

2 – Fundamentação Teórica: aborda primeiramente o conceito de inclusão, fazendo um paralelo com a definição de integração. Em seguida, discorre sobre os processos de inclusão escolar no Brasil, destacando os principais dispositivos legais, por ordem cronológica, que regulamentam a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Aborda também o conceito de Transtorno Espectro Autista (TEA), como ocorre seu diagnóstico, quais as causas e os sintomas. E, por fim, trata das contribuições da família no desenvolvimento e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA); **3 – Objetivos:** apresenta de forma detalhada os objetivos da pesquisa e os possíveis resultados do trabalho; **4 – Metodologia:** fala sobre os pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa e descreve sobre o contexto da pesquisa, os participantes, os materiais e instrumentos utilizados. Discorre, também, sobre os procedimentos de construção de dados e apresenta a escolha do contexto e dos entrevistados; **5 – Resultados e Discussão Teórica dos Resultados:** apresenta a descrição dos resultados a partir dos instrumentos utilizados conforme foram aplicados e mencionados acima e descreve os resultados à luz do aporte teórico; **6 – Considerações Finais:** retoma as questões e objetivos do trabalho, apresenta um resumo das principais contribuições da pesquisa e mostra as recomendações para novos estudos.

Por fim, ao final desta pesquisa pretende-se contribuir de forma positiva para que a inclusão dos alunos autistas seja realmente efetivada e também que possamos compreender como a família pode contribuir para o desenvolvimento e para a aprendizagem desses alunos.

2 INCLUSÃO ESCOLAR, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E FAMÍLIA

2.1 O que é Inclusão Escolar?

Para melhor compreender o conceito de inclusão, é importante se discutir a respeito da diferença entre integração e inclusão. Pois, conforme afirma Mantoan (2006, p. 14), “Os dois vocábulos - integração e inclusão - conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes.” Portanto, tratam-se de processos distintos, os quais necessitam ser estudados considerando as peculiaridades de cada um.

O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Enquanto que a inclusão consiste num processo mais complexo, o qual propõe um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. (MANTOAN, 2006, p. 14-15)

Pela integração escolar, o aluno tem acesso às unidades escolares por diversos meios, que vão desde a inserção nas salas de aula comum ao ensino em escolas especiais.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional, que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial, em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2006, p. 18)

Quanto à inclusão, ela é incompatível com a integração, pois abrange a organização da educação especial e regular, além de questionar o próprio conceito de integração:

Já a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (RODRIGUES, 2006, p. 196)

Segundo Moríña (2010), a inclusão é um processo que desafia as práticas de exclusão, com o objetivo de garantir a escolarização de todos em um sistema único, onde todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de aprender:

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. (MORIÑA, 2010, p. 17)

Para que a inclusão ocorra de fato, faz-se necessário que ocorram mudanças dentro do sistema de ensino juntamente com o envolvimento de toda a sociedade. A colaboração, a liderança compartilhada e o apoio curricular são alguns dos elementos essenciais para a implementação deste processo. Também é preciso que haja a participação de todos: professores, alunos, família e comunidade escolar.

Segundo Sassaki (2005), a inclusão é um processo que vai além da inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais em salas de aula comum do ensino regular e para que ela ocorra de fato é necessário uma mudança na própria sociedade, no sentido de se organizar de forma a atender às necessidades de todos, indistintamente, sejam deficientes ou não:

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e da suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. (SASSAKI, 2005, p. 21)

Dentro desse contexto, Figueiredo (2010) afirma que, para colocar em prática a inclusão, é preciso que a escola crie condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento, independente das características particulares de cada um e dentro de suas possibilidades. Além disso, a inclusão requer mudanças significativas na

gestão da escola, tornando-a mais democrática e participativa, de modo que todos se sintam integrantes dela e compartilhem dos mesmos objetivos e projetos.

Transformar a escola significa criar as condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento independente de suas características particulares. A inclusão requer também mudanças significativas na gestão da escola, tornando-a mais democrática e participativa, compreendendo o espaço da escola como um verdadeiro campo de ações pedagógicas e sociais, no qual as pessoas compartilham projetos comuns. (FIGUEIREDO, 2010, p. 32)

Contudo, promover a inclusão significa ter um novo olhar acerca da deficiência e quebrar certos paradigmas do sistema de ensino, fazer acontecer uma nova educação, onde sejam garantidos o acesso e a permanência a todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou de suas necessidades.

Para Mantoan (2006, p. 19), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. E, ainda: “A inclusão total e irrestrita e o direito à diferença nas escolas é uma oportunidade que se tem para reverter a situação da maioria das escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino.”

2.2 Os processos de inclusão escolar no Brasil

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Ministério da Educação).

Atualmente, a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais – NEE é um direito garantido por lei. Diversos movimentos sociais e a elaboração de documentos contribuíram para a promoção dessa garantia.

Uma das declarações que mais se destacou, A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), assegura que toda criança tem direito à educação e que as unidades de ensino devem estar preparadas para receber e atender esses alunos.

Segundo Mantoan (2006, p. 42), “a inclusão escolar deve ser vista como um processo, na medida em que soluções vão sendo estruturadas para enfrentar barreiras impostas à aprendizagem dos alunos”.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 8.069/90, O artigo 55 reforça os dispositivos legais da Constituição Federal ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Embora a Constituição Federal já instituísse a legalidade do direito à educação às pessoas com necessidades especiais, apenas na década de 90 foram criadas e implantadas políticas públicas de atendimento para inclusão de pessoas com deficiências.

Na década de 90, temos a influência de documentos internacionais nas políticas públicas da educação inclusiva do nosso país, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Após a Declaração de Salamanca, dada em nível internacional, outras normatizações foram oficializadas no âmbito nacional, ditando os rumos da educação inclusiva no Brasil. Entre elas destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – Lei nº 9.394/96; a Resolução CNE/CEB nº 2/01 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; o Decreto nº 6.094/07, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também em 2007; e mais recentemente o Decreto nº 7.611/11, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. No documento elaborado pelos delegados desse encontro, lê-se:

reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, movimento contrário ao da inclusão, demarca retrocesso das políticas públicas ao orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) determinam que os sistemas de ensino devem

matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização.

Além disso, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Ainda em 2001, a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão. Neste mesmo ano, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO. Objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o qual traz como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Para a implementação do PDE, é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

No ano de 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-parte

devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Também em 2009, entra em vigor a Resolução No. 4 CNE/CEB, a qual institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

Com relação às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2014) garantem-lhes educação e inclusão escolar. Segundo o Decreto Nº 8.364/2014:

Art. 4º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

Portanto, o ingresso de uma criança autista em escola regular é um direito garantido por lei, porém, é importante também garantir a permanência desse aluno na escola, bem como oferecer oportunidades e meios para sua aprendizagem. Para isso, é necessário que a escola esteja preparada para receber essas crianças, a começar pelo conhecimento do que é o Transtorno do Espectro Autista e quais mudanças precisam ser feitas para que a inclusão ocorra de fato.

2.3 O Transtorno Espectro Autista – TEA: conceito, diagnóstico, causas e sintomas

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um dos tipos de TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento, devido às características apresentadas pelo

indivíduo considerado autista em relação às relações sociais e dificuldade de comunicação.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) representam uma categoria na qual estão agrupados transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas. Entretanto, este conceito é recente e só pode ser proposto devido aos avanços metodológicos dos estudos e à superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo. (BELISÁRIO e CUNHA, 2010, p. 08).

Assim, o TEA ou autismo, como popularmente é conhecido, é descrito como um conjunto de transtornos das funções envolvidas no desenvolvimento humano, tais como: as relações sociais e afetivas, a comunicação e a linguagem, a relação com as mudanças no ambiente, a memória e a hipersensibilidade a estímulos.

2.3.1 – Conceito

Segundo Belisário e Cunha (2010), o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, para designar a perda do contato com a realidade de determinadas crianças que não respondiam a estímulos do meio social em que viviam.

A primeira descrição clínica do autismo infantil foi realizada por Leo Kanner, em 1943, publicado na revista *THE NERVOUS CHILD*, em um trabalho intitulado “Distúrbios autísticos do contato afetivo”. Referia-se a um quadro uniforme, de características envolvendo basicamente um desligamento das relações humanas, de dificuldade na aquisição da fala, estereotípias, resistência a mudanças e de boa memória e de boa aparência:

De acordo com os primeiros estudos de Leo Kanner, o autista vive numa extrema solidão, “onde o contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa” (BELISÁRIO e CUNHA, 2010, p. 09)

Moro (2010) nos traz a definição de autismo segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais:

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV, 2002), o autismo integra o grupo dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, ou seja, o grupo das patologias caracterizadas

por prejuízos severos e invasivos nas diversas áreas do desenvolvimento. (p. 24)

Porém, em maio de 2013 foi lançada a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), que trouxe algumas mudanças importantes. Entre elas, o conceito de Transtorno do Espectro Autista, o qual passa a ser definido como a presença de “Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia”.

Para o Dr. Dráuzio Varella, o autismo:

Também chamado de Desordens do Espectro Autista (DEA ou ASD em inglês), recebe o nome de espectro (spectrum), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leves à mais grave. Todas, porém, em menor ou maior grau estão relacionadas, com as dificuldades de comunicação e relacionamento social. (2014, p. 01)

De acordo com o quadro clínico, o Dr. Dráuzio Varella classifica o TEA em:

- 1) **Autismo clássico** – os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Além disso, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras, não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados e apresentam deficiência mental importante;
- 2) **Autismo de alto desempenho** (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Às vezes, chegam a ser confundidos com gênios;
- 3) **Distúrbio global do desenvolvimento** sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

2.3.2 – Diagnóstico

Crianças com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)** já começam a demonstrar sinais nos primeiros meses de vida: elas não mantêm contato visual efetivo e não olham quando você chama. A partir dos 12 meses, por exemplo, elas também não apontam com o dedinho. No primeiro ano de vida, demonstram mais interesse nos objetos do que

nas pessoas e, quando os pais fazem brincadeiras de esconder, sorrir, podem não demonstrar muita reação.

O diagnóstico do autismo é clínico, feito através de observação direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis. Os sintomas costumam estar presentes antes dos 3 anos de idade, sendo possível fazer o diagnóstico por volta dos 18 meses de idade. (Diagnóstico do Autismo. Disponível em: <http://autismoerealidade.org/informe-se/sobre-o-autismo/diagnosticos-do-autismo/>)

A atual dificuldade de identificação de subgrupos de TEA que poderiam direcionar tratamentos e viabilizar melhores prognósticos impede progressos no desenvolvimento de novas abordagens de tratamento destes pacientes.

2.3.3– Causas

“O autismo não é um transtorno com uma causa, mas um grupo de transtornos relacionados com muitas causas diferentes”.

(Autismo: Manual para as Famílias – Autism Speaks)

De acordo com o Manual para as Famílias, as causas que provocam o autismo ou **TEA** são desconhecidas. A complexidade desse Transtorno e o fato de que os sintomas e severidade podem variar, provavelmente são quadros resultantes da combinação de diferentes genes. Alguns problemas genéticos acontecem espontaneamente e outros são herdados:

É importante lembrar que o autismo não é um transtorno que deriva de uma só causa. Na verdade, esta condição engloba um grupo de transtornos relacionados, com diferentes causas. A maior parte das vezes, provavelmente, o autismo resulta de uma combinação de fatores de risco genéticos que interagem com os fatores de risco ambientais. Foram identificados diversos genes de suscetibilidade ao autismo, o que significa que há maior probabilidade do indivíduo desenvolver autismo se ele possui uma variante deste gene, ou, em alguns casos, uma mutação rara. Provavelmente, diversos genes contribuem para o autismo. Acreditamos que esses genes específicos interagem com determinados fatores ambientais. A maior parte da pesquisa atual busca identificar a contribuição dos fatores genéticos e ambientais para o autismo. Muito embora alguns fatores genéticos tenham sido identificados, sabemos pouco sobre a contribuição dos fatores ambientais, ainda. A exposição a agentes ambientais, tais como os agentes infecciosos (rubéola da mãe) durante a gravidez podem causar o autismo. Aproximadamente, de 10 a 15% dos casos possuem uma causa genética específica, do tipo Síndrome do Frágil

Esclerose Tuberosa e a Síndrome de Angelman. (Manual para as Famílias, 2010, p. 13)

Algumas pesquisas sugerem uma **herdabilidade** muito alta, mais ainda quando se considera a presença de traços do espectro autista numa mesma família. Em muitas delas parece haver um padrão de autismo ou deficiência relacionados, apoiando ainda mais a tese de que esses Transtornos têm uma base **genética**.

Estudos recentes indicam também que o autismo não é regido apenas por causas genéticas. A suposição é que **fatores ambientais** que tenham impacto no desenvolvimento do feto, como stress, infecções, exposição a substâncias químicas tóxicas, complicações durante a gravidez, desequilíbrios metabólicos podem levar ao desenvolvimento do autismo.

Dentro dos fatores ambientais, pesquisadores detectaram uma maior importância para o risco de **TEA** dos fatores ambientais individuais, que incluem complicações durante o nascimento, infecções maternas ou a medicação que se recebe antes e após o nascimento, face aos fatores ambientais partilhados pelos familiares.

De acordo com o artigo publicado no *The Journal of the American Medical Association – JAMA*, uma grande pesquisa feita no *Instituto Karolinska, em Estocolmo – Suécia*, analisou mais de dois milhões de crianças nascidas nesse país entre 1982 e 2006 e revela agora que a hereditariedade, apesar de muito significativa, só explica metade do risco para se desenvolver autismo. Os restantes dos fatores têm sua origem no ambiente.

Apesar das causas do autismo ainda não serem totalmente compreendidas, sabe-se que esta doença não tem cura, mas que o tratamento pode ajudar a controlar alguns sintomas e até impedir que o autismo chegue a um grau mais elevado.

2.3.4 – Sintomas

Os sintomas do autismo podem ser observados pelos pais antes do três anos de idade, pois a criança autista tem características muito específicas e pode apresentar alguns comportamentos estranhos.

Belisário e Cunha (2010) afirmam que as manifestações do TEA variam de acordo com o nível de desenvolvimento e a idade da criança. Se caracteriza por grandes prejuízos na interação social, podendo apresentar também prejuízos nos comportamentos não verbais que regulam a interação social.

Ainda, segundo os autores, pode haver também problemas na comunicação, manifestado pelo atraso ou falta total de desenvolvimento da linguagem falada, podendo haver prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, uso estereotipado e repetitivo da linguagem. Além disso, as pessoas com autismo podem apresentar perturbação na capacidade de compreensão da linguagem, preocupação com partes de objetos e fascinação por movimentos.

Para Moro (2010, p. 24), “São comuns ao quadro do autismo: inabilidade da interação recíproca; inabilidades na comunicação ou presença de condutas estereotipadas, interesses e atividades restritos.”

Contudo, existem diversos sintomas que podem indicar autismo e nem sempre a criança apresentará todos eles, tendo em vista que o autismo pode variar de acordo com o seu grau de intensidade, o qual pode variar de moderado a grave.

2.4 A relação entre família e escola no cotidiano educacional inclusivo

A família, um núcleo praticamente comum nas sociedades, pode ser considerada um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo ao ser a principal mediadora dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000). Assim, é considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. Nesse sentido, se torna responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades (KREPPNER, 2000).

A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (OLIVEIRA, 2000 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 26).

E, essencialmente, isso se constitui em um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne uma diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças (MAHONEY, 2002).

Segundo Mônica Santos (1999), no tocante à relação entre família e escola, é preciso que ambas assumam um compromisso de reciprocidade, onde as responsabilidades sejam divididas igualmente:

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades. (1999, p. 05)

Partindo desta perspectiva, acredita-se que “a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão” (REGO, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22). Assim, constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano, sendo responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado.

Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. (DESSSEN, POLONIA, 2007, p. 22)

Contudo, é fundamental promover a colaboração entre escola e família, tendo em vista que um influencia no andamento do outro e, por isso, necessitam andar lado a lado, de maneira a promover o desenvolvimento da aprendizagem humana.

2.5 Contribuições da família no desenvolvimento e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista

De acordo com a "Declaração de Salamanca", no que se refere ao papel da família no processo de inclusão, demanda que se:

(...) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (1994, p. 02).

Também afirma que:

(...) ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. (p. 05)

A Declaração de Salamanca estabelece a necessidade de parceria entre família, professores e profissionais da escola, com a finalidade de maximizar os esforços para a inclusão, da melhor forma possível, dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Sem o desenvolvimento dessa relação de "parceria" família/professores e profissionais da escola, não serão alcançados o nível e a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos educacionais possíveis para “todos” os alunos.

Assim:

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". (TANAKA, 2010, p. 115)

É preciso que todos tenham consciência de que alunos com deficiência têm as mesmas necessidades que outros alunos ditos normais e que, por isso, não se pode discriminá-los e permitir que vivam segregados da sociedade:

Portanto, é preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confina-los num mundo à parte. (TANAKA, 2010, p. 116)

No entanto, nossa sociedade não está preparada para promover a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, por isso devemos trabalhar para que essa integração/ inclusão ocorra. Daí a importância da conscientização da família, no sentido de que ela faz parte do contexto em que o aluno está inserido e que exerce grandes influências sobre os vários aspectos da vida do indivíduo. Bem como, também é essencial a conscientização dos educadores, não só para saber trabalhar com o aluno, mas também para promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente no processo de integração/inclusão.

A conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada. (LOPES; MARQUEZAN, 2000, p. 01)

Dessen e Polonia (2007, p. 01) afirmam que “Escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas.” e que “A integração entre esses dois contextos é destacada como desafio para a prática profissional e pesquisa empírica.” (p. 01). Isso confirma que os dois precisam andar juntos, concatenados, seguindo um mesmo objetivo, em prol do desenvolvimento cognitivo do ser humano.

A participação da família do aluno com necessidades educacionais especiais é decisiva no processo de integração/inclusão e indispensável para que ele possa construir-se pessoalmente e participante da sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral proposto na pesquisa pretende compreender a participação da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista, visando favorecer o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Tal engajamento e participação da família se fazem necessários para que se desconstruam processos inversos ao da inclusão, como a exclusão, o preconceito, dentre outros, a superproteção e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem destes alunos.

3.2 Objetivos Específicos

Para melhor delimitação do objetivo geral, foram elencados três objetivos específicos visando investigar a especificidade do tema em questão e alcançar as metas almejadas na pesquisa. Sendo assim, busca-se:

- a) Observar como ocorre a participação das famílias de alunos com transtorno do espectro autista em relação ao processo de ensino e aprendizagem;
- b) Identificar e analisar as dificuldades encontradas pelos professores quando a família não participa ativamente do processo de inclusão escolar.
- c) Descrever processos inclusivos que desconstruam processos inversos, como a exclusão, o preconceito e a superproteção.

4 METODOLOGIA

4.1 Pressupostos Metodológicos

A metodologia desta pesquisa visa atender ao objetivo geral proposto, ou seja, compreender a participação da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista, visando favorecer o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Por isso, foi escolhido o método qualitativo, tendo em vista que ele proporciona uma relação dialógica entre o objeto e o pesquisador e favorece a integração deste no processo investigativo descritivo.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2004, p. 16-17).

De maneira, não há uma preocupação em quantificar os estudos empíricos por meio de instrumentos estatísticos. A pesquisa qualitativa proporciona uma relação direta entre

pesquisador e o objeto de estudo, buscando conhecer o fenômeno sob o olhar dos sujeitos participantes da pesquisa. (GODOY, 1995). Sendo assim:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2009, p. 21).

Portanto, a pesquisa qualitativa trata daquilo que não pode ser mensurável, tendo em vista seu caráter exploratório. Pois se apropria da realidade e do sujeito que está nela inserido para retratar um problema levantado, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.

4.2 Contextos da pesquisa

Escola pública da rede municipal que oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, situada num bairro de classe média, atendendo 680 (seiscentos e oitenta) alunos em dois turnos (matutino e vespertino). A referida unidade escolar possui 10 (dez) salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, sala dos professores, cantina e refeitório. A escola recebe alunos com necessidades educacionais especiais, possui uma professora de AEE e dispõe de uma sala de recursos, equipada com TV, projetor, jogos, material de apoio pedagógico, entre outros, utilizados para realizar o atendimento a esses alunos.

4.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram: uma professora regente, uma professora de AEE e uma mãe de aluno.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas pelo pesquisador (P) com um professor regente (A), um professor de AEE (B) e uma mãe de aluno (C). A idade dos entrevistados varia entre 31 e 48 anos. Seguem abaixo algumas informações a respeito de cada participante:

[A] – Tem 48 anos de idade, é formada em Pedagogia e exerce o magistério há 23 anos. Atualmente atua no 3º ano do Ensino Fundamental. *“Já tive alunos com várias deficiências: autista, deficiente mental, deficiente físico, hiperativo, entre outros.”*

[B]– É professora de AEE há sete anos, tem 45 anos de idade, é pedagoga com especialização em Psicopedagogia. *“Minha experiência com AEE começou no ensino infantil. O meu primeiro contato com crianças especiais foi numa sala de aula comum, não tinha Sala de Recursos, eu fazia o auxílio aos professores na própria sala de aula.”*

[C] – Tem 31 anos de idade, é funcionária pública e cursa nível superior em Letras - Libras. Possui um filho com Transtorno do Espectro Autista e faz qualquer coisa que seja para promover a melhora e o bem estar dele. *“Faço tudo pelo meu filho, vou até às últimas consequências para que os direitos dele sejam respeitados. Corro atrás de todas as alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento dele. O que ele gosta de fazer, eu incentivo ele a fazer.”*

[P] - Tenho 35 anos de idade, sou professora de Língua Portuguesa, formada com Licenciatura Plena em Letras Vernáculas pela UFAC. Sempre me identifiquei bastante com a área educacional, em especial com o ensino infantil, que é a minha paixão. Minha maior experiência é com alunos do sexto ao nono ano, onde tive o primeiro contato, como professora, com alunos com necessidades educacionais especiais.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações, foram utilizados os seguintes recursos materiais: gravador do telefone celular, papel A4, caneta, computador e impressora.

4.5 Instrumentos

Para abordar o objeto de estudo em questão foi necessário realizar uma construção crítica e reflexiva da metodologia utilizada em relação ao objeto e as posições do pesquisador, e, dentre os instrumentos da pesquisa qualitativa, foi necessário escolher o que mais se identificava com o estudo em questão, almejando atender aos objetivos propostos. Com isso, optou-se pela entrevista semiestruturada.

4.5.1 Entrevista semiestruturada

Para Minayo (2009, p. 64), a entrevista é a estratégia mais usada numa pesquisa científica. Já que:

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

O autor afirma, ainda, que, “as entrevistas se caracterizam pela sua forma de organização” (p. 64) e, por isso, podem ser classificadas em: sondagem de opinião, semiestruturada, aberta ou em profundidade, focalizada e projetiva.

Neste estudo, utilizamos a entrevista semiestruturada: “(...) que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (MINAYO, 2009, p. 64)

4. 6 - Procedimentos de construção de dados

Ao chegar à escola, dirigi-me à direção, para expor sobre a pesquisa e fazer o pedido de autorização da mesma. A gestora da escola autorizou a realização da pesquisa na escola e foram apresentados os documentos: o Aceite institucional (Anexo A.); Carta de Apresentação (Anexo B) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para a equipe escolar – TCLE (Anexos C e D); e os roteiros de Entrevista semiestruturada (Apêndices A, B e C). Em seguida foram agendadas as entrevistas e análise de documento. Posteriormente, foi solicitado o PPP no intuito de conhecer as propostas da escola relacionadas à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificamente dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Porém, não foi possível o acesso ao documento, tendo em vista que, segundo informação da própria gestora, o projeto da escola ainda estava em fase de elaboração, fragmentado e, portanto, inviável para utilização na pesquisa.

Contudo, não foi possível a realização da pesquisa documental, pois a escola não estava com seu Projeto Político Pedagógico concluído.

Dando continuidade ao estudo, foram elaborados roteiros para a realização de entrevistas semiestruturadas, envolvendo professores e pais de alunos com transtorno do

espectro autista. As entrevistas foram gravadas e aconteceram dentro da escola (professores) e fora da escola (pai de aluno).

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas na íntegra, com o objetivo de serem organizadas em categorias e, posteriormente, fosse feita a análise das informações colhidas nas falas dos entrevistados.

Alguns entrevistados apresentaram um certo receio em responder as perguntas, por medo de não saber responder corretamente, outros ressaltaram que seria interessante ter acesso às perguntas antes da entrevista. Porém, no decorrer das entrevistas, perceberam que se tratava de apenas de um relato de suas experiências, que ali em suas respostas não existia o “certo” e o “errado”. Consegui, assim, realizar as entrevistas tranquilamente.

4. 6.1 Entrevistas semiestruturadas

O estudo foi construído a partir de três entrevistas semiestruturadas com professores e pais de alunos para compreender como ocorre a participação da família no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente dos alunos autistas. Primeiramente, foi exposto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo C) e todos assinaram. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

Nas entrevistas realizadas com uma professora regente, uma professora de AEE e uma mãe de aluno, não houve nenhum tipo de resistência, todos se disponibilizaram a realizar a entrevista e a contribuir com a pesquisa.

4. 7 - Procedimentos de análise:

Os resultados serão analisados concomitantemente com a discussão teórica e organizados a partir da análise das entrevistas realizadas. Os dados das referidas entrevistas foram agrupados conforme suas respectivas correspondências com os eixos norteadores que fazem parte dos objetivos específicos do projeto, a saber: Concepções sobre inclusão escolar, Reflexões sobre as experiências vivenciadas no processo de inclusão, Definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e A participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA.

As referidas categorias foram construídas conforme os dados coletados, sempre tendo em vista os objetivos do estudo e buscando construir novos conhecimentos. Bem como a entrevista semiestruturada foi elaborada em função dos objetivos da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

Para melhor apresentação dos resultados, estes foram descritos a partir do aporte teórico e à luz de categorias norteadoras constituídas com base nas informações das entrevistas e nos objetivos propostos. Os resultados foram analisados, concomitantemente, com a discussão teórica e organizados a partir das entrevistas realizadas.

Primeiramente, as categorias foram criadas, com base na análise das entrevistas e na fundamentação teórica utilizada. Elas foram agrupadas da seguinte forma: Concepções sobre inclusão escolar; Reflexões sobre as experiências vivenciadas nos processo de inclusão; Definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA); A participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA.

Portanto, este capítulo tem o objetivo de expor a análise das entrevistas realizadas, bem como apresentar os resultados da pesquisa e fazer uma reflexão destes por meio do referencial teórico adotado.

5.1 Entrevistas

Os participantes da entrevista serão mencionados nesse capítulo da pesquisa conforme a organização feita no item “Participantes da Metodologia”. Estes foram agrupados da seguinte forma:

[A] Professor

[B] Professor do AEE

[C] Responsável

5.1.1 – Concepções sobre inclusão escolar

5.1.1.1 – Professor

Em relação ao conceito de inclusão escolar, o professor regente não foi muito claro ao dar sua resposta. Porém, enfatizou que ela se faz necessária, tendo em vista que todos nós vivemos inseridos em uma mesma sociedade: *“A inclusão escolar, partindo do princípio que as crianças... tanto as crianças normais ou as especiais estão inseridas na sociedade, a inclusão escolar se faz necessária. E é interessante para que as crianças convivam com pessoas com deficiência.”*

A visão desse professor é de que a inclusão se faz necessária, não há como a sociedade se esquivar dela, é um processo que precisa de fato acontecer. Porém, sabemos que a inclusão vai muito além disso, incluir não é apenas uma questão de convivência, de inserção. A inclusão consiste em todos terem a oportunidade de aprender, de se desenvolver como ser humano, independente de raça, cor, classe social ou deficiência.

Moriña (2010, p. 17) descreve muito bem este conceito de inclusão:

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum.

5.1.1.2 – Professor do AEE

Para o professor de AEE, a inclusão diz respeito não só a deficientes, mas também abrange questões religiosas, de raça etc.: *“Quando a gente fala em inclusão escolar se fala no geral, questão de religião, raça... A inclusão escolar pra mim é quando tem uma real oportunidade de aprendizagem para todos.”*

Ou seja, comunga com as ideias de Mantoan (2004, p. 40), a qual afirma que:

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Assim, defendem que todos, independentemente de cor, raça, religião ou deficiência, devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem.

5.1.1.3 – Responsável

Para o responsável de aluno, a sua maior preocupação é com a parte pedagógica. Ele acredita que para que haja inclusão é necessário que o conteúdo a ser estudado seja adaptado para a criança com necessidades educacionais especiais, de acordo com sua deficiência, e que não haja tratamento diferenciado, que todos sejam tratados da mesma forma: *“Pra mim, a inclusão é isso: não restringir a criança de ser dado o conteúdo em sala de aula adaptado, como também ser oferecido tudo o que é oferecido para as crianças normais também estar oferecendo para eles... Ser tratado como as outras crianças são tratadas, não diferente por ele ser diferente, não ser tratado de forma diferente.”*

Este pensamento reflete a questão de mudanças que o espaço escolar precisa sofrer para realizar o devido atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Não basta somente matricular essas crianças, é preciso que haja uma grande transformação dentro da escola, de modo que todos participem do processo de aprendizagem.

Figueiredo (2010, p. 32) afirma que “Transformar a escola significa criar as condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento independente de suas características particulares.”

5.1.2 - Reflexões sobre as experiências vivenciadas nos processo de inclusão

5.1.2.1 – Professor

No que se refere às experiências com o processo de inclusão, o professor regente afirma que *“Alguns anos eu já tive alunos com deficiência: autista, deficiente mental, deficiente físico, hiperativo, entre outros... E transcorreu normalmente... Sempre eu tentei fazer um trabalho de acordo com a necessidade da criança, a partir do que a criança sentia necessidade...”*

Essa atitude do professor recai sobre o pensamento de Mantoan (2004), em que afirma que os alunos com necessidades educacionais especiais precisam ser atendidos de acordo com sua deficiência. É uma questão de adequação, tanto do espaço quanto dos materiais e equipamentos utilizados.

5.1.2.2 – Professor do AEE

Em relação às experiências vivenciadas, o professor de AEE relata que a sua maior dificuldade não é com os alunos com necessidades educacionais especiais, e sim com alguns professores que ainda não aceitam a inclusão. Contudo, afirma que é uma ótima experiência muito boa: *“Está sendo uma experiência positiva... uma das maiores dificuldades do trabalho de AEE não são as crianças, são os professores. Pois, alguns não compreendem e nem aceitam porque aquelas crianças estão ali e não em escolas especializadas.”*

O pensamento dessas pessoas citadas pelo professor de AEE, recai sobre o conceito de integração proposto por Mantoan (2006, p. 18):

O uso da palavra integração refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, indicados a individualização dos programas escolares, os currículos adaptados, as avaliações especiais e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma a escola não muda como um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptar às suas exigências.

Mantoan (2006, p. 17) fala, também, sobre aquele grupo de pais de crianças “normais” que não aceita a inclusão: *“Há também o movimento dos pais de alunos sem deficiências que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem que receber esses novos alunos.”*

5.1.3 - Definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

5.1.3.1 – Professor

O professor definiu o TEA como *“uma alteração no desenvolvimento da criança, que traz modificações na comunicação, no comportamento, nas amizades, no desenvolvimento em si do ser humano.”*

O conceito dado por este professor segue a definição dada por Leo Kanner (1943), um “conjunto de características envolvendo basicamente um desligamento das relações humanas, de dificuldade na aquisição da fala, estereotípias, resistência a mudanças e de boa memória e de boa aparência”.

5.1.3.2 - Professor de AEE

Para o professor de AEE, o Transtorno do Espectro Autista ainda é uma deficiência que está sendo estudada, não se sabe muito sobre ela, ainda há muitas interrogações. Porém, ele acredita que as crianças com TEA apenas possuem formas diferentes de ver o mundo: *“É um transtorno que nem mesmo os médicos, até hoje, conseguiram explicar como se dá. Não se sabe se é hereditário, se é na hora da fecundação, eles não sabem explicar... Eu só sei que as crianças autistas assim... as pessoas falam que elas têm o mundo delas, mas na verdade elas só têm formas diferentes de aprender e de se comunicar.”*

5.1.3.3 – Responsável

Em relação ao conceito de Transtorno do Espectro Autista, o responsável afirma que ainda é tudo muito novo, tanto para os pais como para a escola e também para a sociedade como um todo: *“O autismo é uma doença, entre aspas, muito recente... nem mesmo os pesquisadores, os cientistas, não sabem por que, o que causa o autismo...”*

Realmente, o autismo ainda está sendo estudado, tendo em vista que se trata de uma deficiência de difícil diagnóstico, que possui várias formas de se apresentar no indivíduo e que ainda não se sabe ao certo quais são suas causas. Belisário e Cunha (2010) afirmam que as manifestações do TEA variam de acordo com o nível de desenvolvimento e a idade da criança.

5.1.4 - A participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA

5.1.4.1 - Professor

Sobre a participação da família na escola, o professor regente considera importante, defende que haja uma parceria entre família e escola e que para um bom desenvolvimento do aluno com TEA, é necessário que a família esteja sempre presente: *“A família tem que caminhar lado a lado com a escola. A escola e a família têm que ter essa parceria... Então... a escola e a família falando a mesma linguagem, eu acredito que vai ser melhor para o desenvolvimento da criança... É muito importante a participação da família na escola.”*

5.1.4.2 – Professor do AEE

O professor de AEE relatou que os pais geralmente acompanham bem as crianças, participam das reuniões e ele está sempre procurando está em contato com eles, mostrando o que está sendo feito, perguntando sobre os resultados etc. Considera de grande importância essa participação da família, não só dos alunos com TEA, mas da família de todos os alunos: *“A escola não pode trabalhar só, tem que ser um trabalho feito família e escola. Porque se só a família faz e a escola não faz, ou se só a escola faz e a família não faz, não vai obter um bom resultado.”*

5.1.4.3 – Responsável

No que diz respeito à participação da família para a aprendizagem dos alunos com TEA, o responsável acredita que deve haver um trabalho em grupo, um ajudando o outro, com um único objetivo: o aprendizado do aluno. *“É um trabalho de formiguinha, trabalhar sempre junto para que tenha um bom resultado mais na frente...”*

Ressalta que é muito importante a família estar sempre presente na escola, acompanhando a vida escolar da criança e, até mesmo, cobrando o que é de direito: *“A minha participação, eu creio que é muito boa. Quando se faz necessário a minha presença lá ou até mesmo quando não se faz necessário, eu estou lá, cobrando... eu procuro estar sempre na escola, cobrando na medida do possível na questão da parte pedagógica...”*

Em relação à importância da participação da família no processo de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, todos são unânimes em dizer que é preciso que haja uma parceria entre família e escola. Essas duas instituições precisam fazer um trabalho em conjunto, visando o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento do aluno. É bem fundamental a participação ativa dos pais na vida escolar das crianças para que se tenha bons resultados no aprendizado deles.

Como afirma Dessen e Polonia (2007, p. 01): “Escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas.” e que “A integração entre esses dois contextos é destacada como desafio para a prática profissional e pesquisa empírica.”. Isso confirma que os dois precisam andar juntos, concatenados, seguindo um mesmo objetivo, em prol do desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Isso só vem a confirmar que a participação da família do aluno com necessidades educacionais especiais é decisiva no processo de inclusão e indispensável para que ele possa construir-se pessoalmente e participante da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dos estudos realizados, é possível compreender a grande necessidade e a importância da participação da família na vida escolar de crianças com transtorno do espectro autista. Os pais possuem um papel de muita relevância no processo de inclusão escolar, não só dessas crianças, mas toda criança precisa do apoio familiar nos vários segmentos de sua vida.

A relação família-escola é fundamental para a construção da identidade, autonomia e cidadania do aluno. Portanto, essas duas instituições devem estar conscientes de seu papel, devendo participar ativamente do processo de desenvolvimento dos alunos.

É imprescindível que família e escola estabeleçam uma parceria para a promoção do desenvolvimento dos alunos, em especial dos alunos com TEA. No entanto, a escola precisa dispor de todos os recursos necessários para que a inclusão de fato ocorra, é preciso que a escola esteja preparada para receber esses alunos, porque não basta apenas que haja a inserção dos alunos com NEE no ensino regular.

É preciso, também, que a escola se empenhe em promover essa participação ativa da família nas atividades escolares de seu filho, de modo a entender que trata-se de uma ação conjunta, de um trabalho colaborativo, que não é somente de responsabilidade da instituição escolar, mas sim de toda a sociedade.

Em suma, o trabalho de conscientização é muito importante para o processo de inclusão escolar, pois quando cada um entender e desempenhar verdadeiramente o seu papel dentro desse processo (escola, família, governo, sociedade), aí sim teremos resultados positivos no ensino não só dos alunos com TEA, mas no desenvolvimento humano de todos os alunos. Porque, assim, teremos alcançado o nosso objetivo de ter uma escola para todos, igualitária, onde todos indistintamente tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Graziela. **O papel da família no processo de inclusão das pessoas com deficiências** – disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos908/o-papel-familia/o-papel-familia.shtml>, acessado em 01 de março de 2015.

BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial: MEC, SEESP, 2001.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. UNESCO, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

FIGUEIREDO, R. V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 2, p. 32-38 julho/dezembro 2010.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. O Envolvimento da Família no Processo de Integração/Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria - RS, 2000.

MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memmon, Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M.T. E. (1999). Teachers' education for inclusive teaching: refinement of institutional actions. In *Revue Francophone de la Déficience Intellectuelle*. número spéciale.(pp. 52-54). Colloque Recherche Défi 1999. Montréal/Québec, Canada.

MANTOAN, M.T.E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

MANTOAN, M.T.E. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E. G. Rosa, V.D. de Souza (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. (pp.79-93).Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIÑA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, p. 16-25 janeiro/julho 2010.

MORO, M. P. **O brincar, a interação dial[ogica e o circuito pulsional da voz na terapia fonoaudiológica de crianças do espectro autístico**. Santa Maria, 2010.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, 2005.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M. A. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Família e Escola**, Campinas, 2007.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23 Out/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>, acessado em outubro/2015.

SILVA, G. R. **As políticas de inclusão escolar no Brasil e seus efeitos na prática educativa**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/08_23_00_2210-7336-1-PB.pdf, acessado em 24 de julho de 2015.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva.** São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

2010 Autism Speaks Inc. Autism Speaks and Autism Speaks It's Time To Listen & Design are trademarks owned by Autism Speaks Inc. All rights reserve. Disponível em: [http://autismoerealidade.org/wp-content/uploads/manuais/Manual para as Familias Versao 2.pdf](http://autismoerealidade.org/wp-content/uploads/manuais/Manual_para_as_Familias_Versao_2.pdf), acessado em novembro/2015.

Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. V. 4, n. 1, p. 07-17 (janeiro/junho 2008). – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50748/a-historia-da-educacao-inclusiva-no-brasil#ixzz3qqzVL7XK>, acessado em outubro/2015.

<http://drauziovarella.com.br/crianca-2/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/>

<http://www.tuasaude.com/sintomas-de-autismo/>

Diagnóstico do Autismo. Disponível em: <http://autismoerealidade.org/informe-se/sobre-o-autismo/diagnosticos-do-autismo/>, acessado em outubro/2015.

ANEXOS

ANEXO A - Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização _____ da _____ pesquisa

_____, de _____ responsabilidade _____ do(a) _____ pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B - Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

_____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Professor



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

Email(opcional): _____

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada para Professor Regente**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O PROFESSOR REGENTE****Identificação**

Nome:

Identificação fictícia:

Sexo:

Idade:

Função:

Localização de moradia:

Tem filho (s)? Idade (s):

Religião:

Escolaridade (Formação):

1. Em que ano/série atua? Há quanto tempo?
2. Há quanto tempo exerce o magistério?
3. Fale sobre o que você acha da inclusão escolar:
4. Quantos alunos com necessidades educacionais especiais têm na sua sala de aula?
5. Fale sobre as suas experiências com a inclusão escolar.
6. O que você entende sobre Autismo ou Transtorno do Espectro Autista?
7. Você tem alunos com transtorno do espectro autista?
8. Fale sobre a participação da família nesse processo de inclusão?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada para Professor de AEE**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE AEE****Identificação**

Nome:

Identificação fictícia:

Sexo:

Idade:

Função:

Localização de moradia:

Tem filho (s)?

Idade (s):

Religião:

Escolaridade (Formação):

1. Há quanto tempo trabalha no AEE?
2. Fale sobre a sua experiência no AEE:
3. O que é inclusão escolar para você?
4. O que você entende sobre Autismo ou Transtorno do Espectro Autista?
5. Possui alunos com transtorno do espectro autista?
6. Fale sobre a participação da família nesse processo de inclusão?
7. Você acha importante a participação da família para a aprendizagem desses alunos?
8. O que você acha dessa participação da família na escola?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada para Pais ou Responsáveis

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Identificação

Nome:

Identificação fictícia:

Sexo:

Idade:

Função:

Localização de moradia:

Tem filho(s)?

Idade(s):

Religião:

Escolaridade (Formação):

1. O que é inclusão escolar para você?
2. O que você entende sobre Autismo ou Transtorno do Espectro Autista?
3. Como é a sua participação na escola em que seu filho estuda?
4. Você acha importante a participação da família na escola?
5. Como você acha que pode contribuir para o aprendizado do seu filho?
6. O que você entende por: exclusão, preconceito, superproteção.